

revista trans- libertária

n. 3 | 2026



SUMÁRIO

Ynvólucro

Armr'Ore Erormray 3

NÃO BINARIEDADE PARA ALÉM DO GÊNERO:
UMA PERSPECTIVA ESPECTRAL SOBRE A
VIDA

Nit Corrêa 10

ILUSTRAÇÕES

@alice_thibes 13

A LÓGICA DO PATRIARCADO: UM BREVE
TRATADO

Madelyyna Zicqua 16

LA LÓGICA DEL PATRIARCADO: UN BREVE
TRATADO

Madelyyna Zicqua 27

os materiais publicados nessa edição, assim como a edição por completo, podem ser compartilhados livremente, impressos, republicados e traduzidos.

o acervo digital trans-anarquista é uma iniciativa autônoma de militantes anarquistas trans/queer/cuir que valorizam a organização de [an-]arquivos como um modo de lidar com as contradições desse mundo. compomos um coletivo de tradutores anarquistas e colaboramos com traduções para a Agência de Notícias Anarquistas A.N.A. e demais plataformas em busca de tradutores.

para entrar em contato, nos contate pelo e-mail **transanark@protonmail.com**. recebemos materiais a todo momento.



Ynvólucro

Armr'Ore Erormray

@armrore

Ynvólucro investiga processos de metamorfose do corpo dissidente a partir da figura do monstro, da travessia e do tornar-se. A obra constrói um percurso sensorial e simbólico que atravessa normativas de gênero, sexualidade e humanidade, propondo o corpo como território de constante mutação. Nessa recusa da lógica binária e normativa, afirmamos o direito de existir no entre, no indizível e no inacabado assumindo no gesto contínuo de transformação uma forma de resistência e criação de novos mundos possíveis.



NÃO BINARIEDADE PARA ALÉM DO GÊNERO: UMA PERSPECTIVA ESPECTRAL SOBRE A VIDA

Nit Corrêa¹

Os binários são casos específicos dos espectros.

Este é um convite para questionarmos a imposta naturalização de dicotomias em nossa cultura, pensamento e discurso. É um convite que se desdobra em exercício para a vida. Por ser um entendimento que vem da experiência do ser em relação com o mundo, não espero te convencer, mas estimular reflexões que podem vir a reverberar, hoje ou no futuro.

A linguagem humana se expressa por aproximações. Estamos constantemente falhando na tentativa de definir o mundo à nossa volta. Ainda assim, seguimos tentando. “Vermelho” é uma palavra em português que designa ampla variedade de cores, alaranjadas ou amagentadas, claras ou escuras. Há grande diferença entre tudo que pode ser nomeado “vermelho”. Ainda se subdividirmos esta categoria, nomeando cada novo tom (marsala, vermillion, terracota...) suspeito que poderíamos preencher um dicionário com tonalidades distintas e o mundo ainda nos surpreenderia com uma variação ainda não descrita.

Segundo Abramov et al. (2012), fêmeas humanas, em média, percebem cores com maior velocidade e precisão que machos da mesma espécie. Embora o artigo não conclua as causas, admite que a cultura na qual mulheres e homens estão não pode ser ignorada. “Mulher” é uma palavra em português que designa ampla variedade de seres humanos. Assim como “vermelho”, “mulher” sempre será insuficiente para

¹ Mestrando em Artes e Bacharel em Artes Cênicas pela UNESPAR.

circunscrever a experiência de um ser no mundo. Mulheridade é uma categoria sobretudo social, que determina como um corpo pode se portar, para muito além do que diz respeito a um sistema reprodutor ovariano², tampouco tendo a ver com uma constituição cromossômica específica.

Uma curiosidade sobre cromossomos: segundo Frade (2023), aneuploidias são alterações na constituição cromossômica de um ser. Descritas como síndromes, quando ocorrem nos cromossomos sexuais, estas diferenças são expressas em configurações genitais, gonadais ou hormonais não normativas, além de interferências em características para além das reprodutivas. X, XXY, XXX, XYY, XXYY são apenas algumas das configurações já observadas na nossa espécie.

Quando olhamos para a vida ao nosso redor, inúmeros são os exemplos, como esse, que nos revelam que a variabilidade se impõe, e que a dicotomização é a tentativa humana de dar contornos fixos a contínuos. “Não-binariedade”, como expressão de gênero, é uma identidade trans*³. “Transgênero” é uma categoria que engloba experiências de passagem (transição, transgressão, transporte) entre ou para fora dos gêneros normativos (eurocêtricos, coloniais) homem e mulher.

A transição de gênero (de mulher para não-binária, no meu caso) foi a rachadura na estrutura binarista que permitiu que eu olhasse além de dicotomias normativas (de gênero, mas não só), que se expressam em nossas práticas, discursos e pensamentos. Ver o mundo em sua característica espectral demanda abrir espaço para que este se apresente sem que eu tente reduzi-lo ao que me é familiar. Reafirmo que este é um exercício para a vida, e que é uma prática a ser considerada sempre que a normatividade insistir em se impor sobre alteridades. Uma existência não-

² Termo sugerido no blog Espectrometria Não-binária em substituição a “sistema reprodutor feminino”.

³ trans* (com um asterisco) é uma proposição de grafia de J. Halberstam: “trans* pode ser um nome para formas expansivas da diferença, [...] coloca em questão a história da variação de gênero, que foi cristalizada em definições concisas, discursos médicos e violentas exclusões” (2023, p. 31)

binária, para além de identidade de gênero, pois os binários não são a totalidade, mas casos específicos dos espectros.

REFERÊNCIAS

Abramov I, Gordon J, Feldman O, Chavarga A. **Sex and vision II: color appearance of monochromatic lights**. Biol Sex Differ. 2012.

FRADE, B. B. **O binarismo do X ou Y: como síndromes cromossômicas nos tornam únicos**. Revista Blog do Profissão Biotec. V. 10, 2023.

HALBERSTAM, Jack. **Trans* Uma abordagem curta e curiosa sobre a variabilidade de gênero**. Devires. Salvador, BA. 2023.

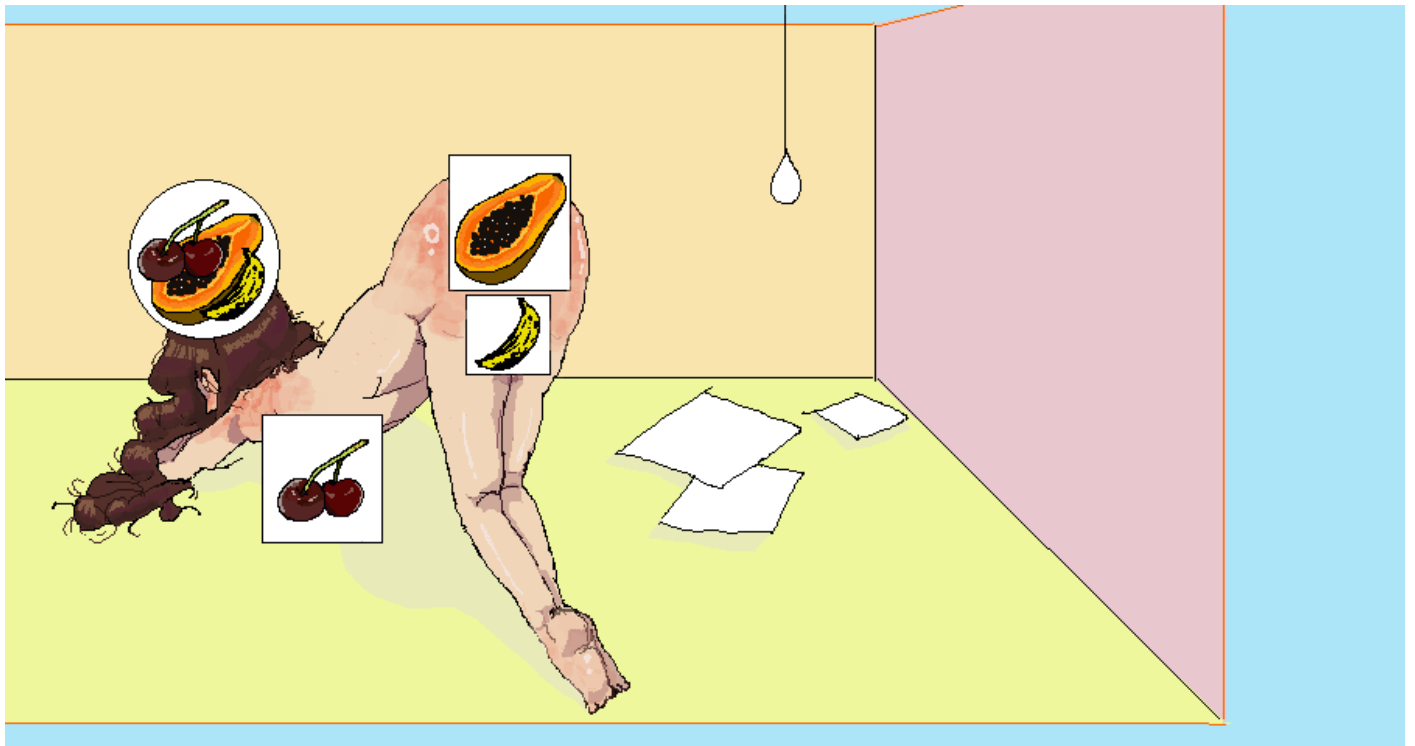
Autoria anônima. **[TW: gônadas; biologia]**. Espectrometria Não-binária. 2014.

WWW.TRANSANARQUISMO.COM.BR
TRANSANARK@PROTONMAIL.COM

ILUSTRAÇÕES

@alice_thibes





A LÓGICA DO PATRIARCADO: UM BREVE TRATADO

Madelyyna Zicqua

Este texto busca sistematizar a estrutura abstrata do patriarcado como forma de dominação. Não pretende oferecer uma história exaustiva de suas origens nem uma descrição empírica total de suas manifestações, mas identificar sua lógica própria uma vez constituído como sistema.

A hipótese que orienta esse trabalho é que o patriarcado possui uma estrutura que pode ser analisada com relativa independência em relação às dinâmicas histórico-sociológicas que o originaram. A distinção entre gênese e estrutura não nega a importância da história; simplesmente afirma que a investigação histórica e a investigação estrutural operam em planos distintos. Confundir ambos os planos nos leva a tratar como essenciais características que são contingentes ou a pressupor como dadas categorias cuja produção requer explicação.

O texto adota a forma de teses e subteses com o objetivo de tornar explícita a arquitetura lógica do sistema. Não se trata de um tratado histórico nem de uma teoria normativa completa, mas de um experimento de sistematização formal: uma tentativa de isolar os elementos constitutivos do patriarcado e descrever seu modo de articulação.

Há três níveis de análise que talvez valha a pena ter em mente ao ler este trabalho, a fim de não se perder. O nível sistêmico é aquele que descreve o funcionamento interno do sistema de dominação (categorias, normas, expectativas perceptuais, mecanismos de coerção etc.). Por outro lado, o nível metassistêmico consiste na descrição da estrutura do sistema como totalidade (circularidade, autonomização em relação à sua gênese, condições formais de reprodução etc.). Finalmente, o nível externo ou extrassistêmico remete àquilo que não pode ser derivado da lógica interna do sistema,

embora se relacione com ele (sua gênese histórica concreta, a delimitação política de seus conteúdos, a normatividade emancipada). Os elementos extra-sistêmicos são admissíveis nesse tratado na medida em que servem para ilustrar uma propriedade estrutural, mas não constituem a essência de uma categoria. Não são fornecidos rótulos para cada ponto quanto ao seu nível de pertencimento, em nome da simplicidade e por serem bastante autoevidentes.

O objetivo não é esgotar o fenômeno nem encerrar o debate, mas esclarecer a forma de uma estrutura que costuma ser descrita fragmentariamente. Se a análise estiver correta, aquilo que chamamos de “patriarcado” não será um conjunto disperso de práticas ou preconceitos, mas a manifestação histórica de uma forma geral de dominação sustentada por categorias que possuem força normativa.

O texto deve ser lido como uma tentativa de coerência: sua validade depende da consistência interna da estrutura que expõe.

1. Até agora, a compreensão abstrata, tão geral quanto possível, que dê conta da essência do patriarcado ainda não foi realizada, apesar de terem existido avanços fundamentais.

1.1. A gênese histórica dos diferentes fenômenos que podem ser classificados como patriarcais, assim como do patriarcado em geral, é uma investigação paralela a uma teoria geral do patriarcado, que dê conta do sistema e dos elementos que constituem sua estrutura abstrata como sistema de dominação.

1.2. Quem buscar realizar uma história geral do patriarcado com a finalidade de dar conta de sua essência corre o risco de pressupor aquilo que deve encontrar. Textos como *A criação do patriarcado*, de Gerda Lerner, ou *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, de Adrienne Rich, pressupõem categorias patriarcais como dadas, sem explicar seu surgimento em relações sociais de dominação com uma lógica própria.

1.2.1. Chamamos de “fetichismo do patriarcado” tais condutas.

2. O patriarcado opera por meio de categorias dotadas de força normativa. Esses termos (categoria, norma, força) não têm significado independente: são definidos por sua posição dentro da estrutura circular descrita a seguir.

3. O patriarcado possui uma estrutura circular de autorreprodução.

3.1. O patriarcado maduro pode reproduzir sua estrutura independentemente das condições históricas que lhe deram origem como sistema.

3.1.1. A autonomização do sistema é o que explica que sua descrição exija apenas consistência interna.

3.1.2. A variação dos conteúdos categoriais (por exemplo, por meio da assimilação de dissidências) é evidência empírica da autonomização do sistema.

3.2. Os conteúdos históricos concretos do próprio patriarcado são condição genética da evolução de seus conteúdos futuros, embora esses conteúdos futuros possam, por sua vez, autonomizar-se como elementos do sistema já constituído. Chamamos isso de “autonomização diacrônica”.

3.2.1. A heterossexualidade compulsória foi condição genética do sistema de gênero, sem ser condição necessária para seu funcionamento estrutural maduro.

3.2.1.1. Onde a heterossexualidade compulsória não pode ser dissociada do sistema de gênero, as lésbicas não seriam mulheres; mas o patriarcado já as absorveu como mulheres.

3.2.2. O sistema de gênero foi condição genética da amato— e da alonorma, sem ser condição necessária para seu funcionamento estrutural maduro.

3.3. Conteúdos históricos concretos que se produzem mutuamente em determinado momento podem evoluir de modo que um funcione independentemente do outro. Chamamos isso de “autonomização sincrônica”.

3.3.1. A matriz heterossexual, tal como Butler a descreve em *Problemas de gênero*, vincula estruturalmente sexo, gênero e desejo heterossexual como condição de inteligibilidade. A possibilidade de desacoplar esses elementos sem colapsar o sistema de gênero é evidência de autonomização sincrônica.

4. A estrutura circular do patriarcado faz com que seja igualmente adequado e inadequado descrevê-la começando de qualquer ponto.

4.1. Começamos pela seguinte observação de *O segundo sexo*, de Beauvoir: “basta passear pela rua com os olhos abertos para constatar que a humanidade se divide em duas categorias de indivíduos cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses e ocupações são manifestamente diferentes”.

4.1.1. Ao se depararem com o mundo social, os sujeitos possuem uma compreensão prévia de que existem objetos percebidos que podem ser competentemente caracterizados como “homens” e “mulheres”.

4.1.2. Os sujeitos não criam a categoria o tempo todo.

4.1.3. Por meio de diferentes indícios, é possível distinguir se aquilo que se tem diante de si é o caso (por exemplo, de um homem ou de uma mulher).

4.1.3.1. Os indícios duvidosos ou ambíguos são reorganizados retrospectivamente para reforçar a identificação inicial: a atribuição funciona de modo abduativo uma vez estabelecida.

4.1.3.2. Os indícios são contextuais e dependentes do modo específico como a pessoa se apresenta em determinada situação. Cada situação oferece, de maneira mais ótima, alguns indícios e torna outros mais difusos.

4.1.3.3. Os indícios fornecidos ao longo do tempo são sintetizados à luz da identificação.

4.1.3.4. Chamamos de “fetichismo da verdade do sexo” a tese positivista segundo a qual sexo/gênero pode ser remetido a uma instância de optimalidade científica privilegiada e indubitável, da qual todos os demais indícios seriam meras manifestações. Tal instância não existe e é irrelevante para a generificação.

4.1.3.4.1. O fetichismo da verdade do sexo reproduz a lógica patriarcal ao buscar fundamentos indiscutíveis para as categorias em vez de questionar o sistema categorial em si mesmo.

4.2. Os indivíduos veem, comportam-se, sentem, expressam-se, interessam-se etc. de formas concretas.

4.2.1. O modo concreto como os indivíduos fazem isso bebe, em grande medida, de formas de disciplinamento, subjetivação, estilização e embelezamento de origem social.

4.2.1.1. As formas descritas anteriormente são distribuídas entre os sujeitos desde a infância com base na compreensão prévia. O médico identifica, com base em indícios (por exemplo, genitais), que X é o caso de uma mulher. A professora da educação infantil procede a educar a menina nos “modos” das meninas porque a identifica com base nos indícios disponíveis (por exemplo, seu nome na lista da escola, seu cabelo comprido etc.).

4.2.1.2. Os indivíduos comportam-se de acordo com aquilo que se supõe que sejam em virtude da categoria que lhes foi atribuída.

4.2.1.2.1. Por meio de formas de coação, sejam elas diretas ou sutis, os indivíduos são obrigados a se comportar de acordo com o que se espera deles, sempre que seu comportamento (incluindo sua aparência) não atenda às expectativas daqueles que os observam.

4.2.1.2.1.1. A coerção é um mecanismo disciplinador. A distinção responde unicamente ao nível de amabilidade com que o entorno disciplina o sujeito.

4.2.1.2.1.2. Onde a não pertença à norma não pode ser atribuída, em nenhum sentido razoável, à vontade do sujeito, ela é recodificada como problema médico.

4.2.1.2.2. Os observadores interpretam o comportamento conforme a norma como evidência da naturalidade das categorias, sem reconhecer que esse comportamento é resultado de mecanismos disciplinadores e estilizadores. Eles confundem o efeito com a causa.

4.2.2. Onde há categorias patriarcais operantes, promove-se que os indivíduos autoidentifiquem seu comportamento à luz dessas mesmas categorias. Chama-se isso de “identidade”, na medida em que se sugere um núcleo estável, persistente e idêntico que, presume-se, explica o comportamento. Tomam o efeito pela causa.

4.2.2.1. O binômio identidade de gênero/expressão de gênero é um efeito da existência das categorias patriarcais.

4.2.2.2. A autoidentificação com a categoria atribuída é, em parte, efeito da coerção: é mais custoso resistir à categoria do que identificar-se com ela.

4.2.2.1. Nomear-se é categorizar-se, na medida em que o nome encerra um núcleo estável que, presume-se, é compartilhado com outros sujeitos “iguais”.

4.2.2.1.1. Cada vez que o sujeito declara que é X, reforça os limites que a categoria lhe impõe.

4.2.2.1.2. Toda aproximação descritiva do sujeito em relação a si mesmo (em relação a uma categoria patriarcal: “sou mulher”, “sou homossexual”, “sou monógamo”, “sou gay” etc.) é, na realidade, prescritiva. Endurece os limites; congela aquilo que flui.

4.2.2.2.1.3. Há atos de fala em primeira pessoa que não atendem à condição de 4.2.2.2.1: nomes táticos, usos irônicos, rejeições (“não sou nenhum

desses”), descrições sobre a relação com o sistema (“desertor”, “dissidente”, “não me encaixo”), enunciados caducos, termos não generalizáveis que se aplicam apenas ao sujeito que os pronuncia. São usos que não reivindicam validade transituacional e estável de um conjunto de conteúdos.

4.2.2.2.1.4. Portanto, o sujeito negador pode, de fato, ser nomeado sem ser categorizado.

4.2.2.2. A eficácia do disciplinamento e da coerção varia de acordo com o posicionamento do indivíduo no sistema: a resistência é mais custosa para aqueles que dispõem de menos recursos para sustentá-la.

4.2.2.3. Onde o disciplinamento e a coerção não alcançam seu objetivo, surge a possibilidade da negatividade em relação ao sistema categorial.

4.2.2.4. Na medida em que as categorias patriarcais são interpretadas como identidade, espera-se que a pertença dos indivíduos a uma categoria seja constante ao longo do tempo e que sua modificação seja algo excepcional.

4.3. As categorias patriarcais são reificações de ações ou elementos corporais arbitrariamente reunidos para constituir identidades.

4.3.1. A passagem da sodomia à homossexualidade ilustra esse processo de reificação.

4.3.2. Ninguém *é* uma categoria patriarcal: ela é sempre atribuída por outros.

4.3.2.1. A autoatribuição é uma forma de atribuição, resultado da capacidade do sujeito de se conceber na terceira pessoa.

4.3.3. Uma vez constituída uma categoria patriarcal, presume-se que ela seja aplicável a todos os sujeitos humanos atualmente existentes.

4.3.4. Os observadores desenvolvem a expectativa de que todo indivíduo percebido, independentemente do grau de nitidez, deve ser categorizado.

4.4. Todo tratamento que não explicita as categorias como normas arbitrárias aplicadas coercitivamente reinstitui a norma.

5. Somente uma compreensão integral do patriarcado permite conceber sua abolição.

5.1. A ação política consequente com essa compreensão é necessariamente negativa em relação ao sistema de categorias patriarcais.

5.1.1. Queer significa negatividade (no âmbito patriarcal).

5.1.1.1. A partir de uma teoria geral do patriarcado, não é possível distinguir se a negatividade provém de um excedente estrutural do sistema (aquilo que é marginalizado em cada tentativa de integração, a performatividade que se itera com pequenas mudanças etc.) ou de uma determinação ética antirierárquica mais geral. No interior da teoria, ambas são fenomenicamente indistinguíveis.

5.1.1.1.1. A distinção pertence a uma ordem de questões que a teoria não pode formular a partir de si mesma.

5.1.1.1.2. Para o sistema patriarcal, a negatividade queer, seja proveniente de um excedente estrutural ou de uma determinação ética, é igualmente ameaçadora e igualmente absorvível.

5.1.1.1.3. Uma concepção positiva, uma normatividade emancipada, é objeto de uma ética anarquista e de uma teoria geral da revolução anarquista.

5.1.1.2. Um programa abolicionista não precisa necessariamente oferecer uma alternativa positiva à sua negação.

5.1.2. O feminismo pode significar duas coisas: ou é sinônimo de queer, no sentido do ponto 5.1.1., ou representa uma luta truncada, cuja existência provém de uma apreensão incompleta do patriarcado como um todo.

5.1.3. Termos como *butch*, bissexual, trans, não binário e assexual contêm resquícios de terem surgido como negações do sistema categorial ao qual fazem referência, e não como categorias positivas dentro dele.

5.1.3.1. Sua reabsorção como categorias positivas é um exemplo do processo pelo qual o sistema patriarcal torna a negatividade absorvível.

5.1.4. A negatividade pode assumir a forma de uma desestabilização da relação entre significantes e significados, tornando a categoria inutilizável devido à saturação de conteúdos contraditórios ou a uma proliferação incontrolável de subcategorias. Chamamos de “aceleracionismo” a tal procedimento.

5.1.4.1. De dentro do sistema, é impossível determinar se a proliferação é um efeito do metabolismo próprio do patriarcado ou do processo de saturação que torna as categorias inutilizáveis. Durante o processo, aquilo que se prolifera ainda é utilizável como categorias atribuíveis e, conseqüentemente, patriarcais.

5.2. Uma política que busca redistribuir benefícios, privilégios, espaços e capitais entre as identidades patriarcais existentes é uma política afirmativa do patriarcado.

5.2.1. A presunção de uma validade transcultural e transtemporal das categorias patriarcais pode motivar uma política afirmativa do patriarcado.

5.2.1.1. Chamamos de “realismo patriarcal” o pressuposto ideológico impotente que presume a impossibilidade de abolir o patriarcado.

5.2.2. A taxonomização de bissexual, trans, não binário e assexual como categorias positivas com subdivisões internas reproduz a lógica categorial patriarcal, constituindo uma política afirmativa do mesmo, independentemente da intenção de seus agentes.

5.2.3. Chamamos de “integração” a distribuição específica de benefícios à posição (efetiva ou presumidamente) mais desfavorecida de uma categoria.

5.2.3.1. Chamamos de “assimilação”, especificamente, a integração que é condicionada transacionalmente por uma mudança de conduta em aspectos específicos por parte daqueles que ocupam essa posição desfavorecida.

5.2.3.1.1. A integração assimilacionista das identidades dissidentes é evidência tanto da autonomização do sistema (3.1.) quanto de que o sistema pode absorver a negatividade que o ameaça (5.1.1.1.2).

5.2.3.1.2. Nem toda integração precisa ser assimilacionista; acreditar nisso é ignorar o caráter plástico do patriarcado e o caráter histórico de seus conteúdos.

5.3. A expansão do sentido do patriarcado (o que motivou a acrescentar-lhe prefixos como cis-, hetero- etc.) pela adição de elementos denota uma compreensão parcial do patriarcado como estrutura geral de dominação.

5.3.1. A proliferação terminológica (amatonorma, alonorma, monogamia compulsória, masculinidade hegemônica etc.) responde ao mesmo problema.

5.4. Existe uma retroalimentação simbiótica entre a estilização da percepção — que classifica com base em indícios — e as instituições sociais. A estrutura circular do patriarcado faz com que seja igualmente adequado e inadequado começar a destruí-lo a partir de qualquer ponto; a abolição do patriarcado deve romper o fechamento desse círculo.

5.4.1. É necessário modificar radicalmente as instituições existentes ou criar novas, de modo a que cesse a estilização da percepção.

5.4.2. É necessário modificar a estilização da percepção para que os indivíduos criem novas instituições sociais ou destruam ou modifiquem radicalmente as existentes.

5.4.3. A negatividade (independentemente de sua origem) é o que impede que o exposto acima não seja uma aporia.

6. A ideia de um sistema de dominação baseado em categorias dotadas de força normativa, que configuram expectativas perceptuais diante do modo

como o sujeito se apresenta e mecanismos coercitivos de regulação da conduta, remete a uma estrutura de dominação muito mais geral, da qual o patriarcado é simplesmente um caso empiricamente contingente.

6.1. O racismo, o capacitismo, o etarismo e o patriarcado são sistemas de dominação isomorfos.

6.1.1. A distinção entre esses sistemas é histórica e politicamente determinada, não estruturalmente derivável da teoria.

6.2. Se o patriarcado pode ser delimitado como sistema específico de dominação categorial (e não como nome para toda dominação categorial), então possui uma gênese histórica particular.

6.2.1. É provável que essa gênese consista na transformação ou cisão de um sistema de dominação categorial prévio, e não no surgimento *ex nihilo* da dominação enquanto tal.

6.2.2. A dominação categorial como forma não possui uma origem historicamente identificável: apenas transformações de seus conteúdos.

6.2.2.1. Chamamos de “patriarcado” um conteúdo contingente de um sistema de dominação categorial.

6.2.2.2. Abolir o patriarcado sem abolir a forma de dominação categorial não garante que o sistema não se reconfigure sob outros conteúdos.

7. Este tratado descreveu a estrutura do patriarcado como forma de dominação baseada em categorias dotadas de força normativa. Sua abolição requer uma teoria, uma prática e uma teoria da prática que excedem o que foi exposto aqui.

LA LÓGICA DEL PATRIARCADO: UN BREVE TRATADO

Madelyyna Zicqua

Este texto busca sistematizar la estructura abstracta del patriarcado como forma de dominación. No pretende ofrecer una historia exhaustiva de sus orígenes ni una descripción empírica total de sus manifestaciones, sino identificar su lógica propia una vez constituido como sistema.

La hipótesis que guía el trabajo es que el patriarcado posee una estructura que puede analizarse con independencia relativa de las dinámicas histórico-sociológicas que le dieron origen. La distinción entre génesis y estructura no niega la importancia de la historia; simplemente afirma que la investigación histórica y la investigación estructural operan en planos distintos. Confundir ambos planos conduce a tratar como esenciales rasgos que son contingentes o a presuponer como dadas categorías cuya producción requiere explicación.

El texto adopta la forma de tesis y subtesis con el fin de hacer explícita la arquitectura lógica del sistema. No se trata de un tratado histórico ni de una teoría normativa completa, sino de un experimento de sistematización formal: una tentativa de aislar los elementos constitutivos del patriarcado y describir su modo de articulación.

Hay tres niveles de análisis que quizá valdría la pena tener en mente al momento de leer este trabajo con el objetivo de no perderse. El nivel sistémico, es aquel que describe el funcionamiento interno del sistema de dominación (categorías, normas, expectativas perceptuales, mecanismo de coacción, etc.). Por otra parte, el nivel metasistémico consiste en la descripción de la estructura del sistema como totalidad (circularidad, autonomización respecto de su génesis, condiciones formales de reproducción, etc.). Finalmente, el nivel externo o extrasistémico, que

remite a aquello que no puede derivarse de la lógica interna del sistema, aunque se relacione con él (su génesis histórica concreta, la delimitación política de sus contenidos, la normatividad emancipada). Los elementos extrasistémicos son admisibles en el tratado en la medida de que funcionan como ilustración de una propiedad estructural, pero no fundan la esencia de una categoría. No se proveen etiquetas para cada punto respecto de su nivel de pertenencia, por mor de su simplicidad y por lo autoevidentes que resultan.

El objetivo no es agotar el fenómeno ni clausurar el debate, sino clarificar la forma de una estructura que suele describirse fragmentariamente. Si el análisis es correcto, lo que llamamos “patriarcado” no será un conjunto disperso de prácticas o prejuicios, sino la manifestación histórica de una forma general de dominación sustentada en categorías con fuerza normativa.

El texto debe leerse como una tentativa de coherencia: su validez depende de la consistencia interna de la estructura que expone.

1. Hasta ahora, la comprensión abstracta, más general posible, que dé cuenta de la esencia del patriarcado, aún no se ha realizado, pese a que han existido avances fundamentales.

1.1. La génesis histórica de los distintos fenómenos que pueden catalogarse como patriarcales, así como del patriarcado en general, es una investigación paralela a una teoría general del patriarcado, que da cuenta del sistema y los elementos que significan su estructura abstracta como sistema de dominación.

1.2. Quien busque realizar una historia general del patriarcado con la finalidad de dar cuenta de su esencia, corre el riesgo de presuponer aquello que debe encontrar. Textos como *La creación del patriarcado* de Gerda Lerner o *Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana* de Adrienne Rich

presuponen categorías patriarcales como dadas, sin explicar su surgimiento en relaciones sociales de dominación con una lógica propia.

1.2.1. Llamamos "fetichismo del patriarcado" a tales proceder.

2. El patriarcado opera mediante categorías con fuerza normativa. Estos términos (categoría, norma, fuerza) no tienen significado independiente: se definen por su posición dentro de la estructura circular que se describe a continuación.

3. El patriarcado posee una estructura circular de autorreproducción.

3.1. El patriarcado maduro puede reproducir su estructura con independencia de las condiciones históricas que le dieron origen como sistema.

3.1.1. La autonomización del sistema es lo que explica que la descripción del mismo solo requiera consistencia interna.

3.1.2. La variación de los contenidos categoriales (por ejemplo, a través de la asimilación de disidencias) es evidencia empírica de la autonomización del sistema.

3.2. Los contenidos históricos concretos del mismo patriarcado son condición genética de la evolución de sus contenidos futuros, pese a que esos contenidos futuros puedan a su vez autonomizarse como elementos del sistema ya constituido. Llamamos a esto "autonomización diacrónica"

3.2.1 La heterosexualidad obligatoria fue condición genética del sistema de género, sin ser condición necesaria de su funcionamiento estructural maduro.

3.2.1.1. Allí donde la heterosexualidad obligatoria no puede divorciarse del sistema de género, las lesbianas no serían mujeres; pero el patriarcado ya las ha absorbido como mujeres.

3.2.2. El sistema de género fue condición genética de la amato- y la alonorma, sin ser condición necesaria de su funcionamiento estructural maduro.

3.3. Contenidos históricos concretos que se producen mutuamente en un momento dado pueden evolucionar de modo tal de que uno funcione independiente del otro. Llamamos a esto "autonomización sincrónica".

3.3.1. La matriz heterosexual, tal como Butler la describe en *El género en disputa*, vincula estructuralmente sexo, género y deseo heterosexual como condición de inteligibilidad. La posibilidad de desacoplar estos elementos sin colapsar el sistema de género es evidencia de autonomización sincrónica.

4. La estructura circular del patriarcado genera que sea igualmente adecuado e inadecuado describirla comenzando desde cualquier punto.

4.1. Comiencese con la siguiente observación de *El segundo sexo* de Beauvoir: "basta pasearse por la calle con los ojos abiertos para comprobar que la humanidad se divide en dos categorías de individuos cuyas ropas, rostros, cuerpos, sonrisas, actitudes, intereses y ocupaciones son manifiestamente diferentes".

4.1.1. Al enfrentarse al mundo social, los sujetos poseen una comprensión previa respecto de que hay objetos percibidos que pueden caracterizarse competentemente como "hombres" y "mujeres".

4.1.2. Los sujetos no crean todo el tiempo la categoría.

4.1.3. A través de distintos indicios les es posible discriminar si lo que se tiene en frente es el caso (por ejemplo, de un hombre o una mujer).

4.1.3.1. Los indicios dudosos o ambiguos se reorganizan retrospectivamente para reforzar la identificación inicial: la atribución funciona abductivamente una vez establecida.

4.1.3.2. Los indicios son contextuales y dependientes del darse específico de la persona en una situación dada. Cada situación ofrece de forma más óptima unos indicios y más borrosa otros.

4.1.3.3. Los indicios dados a lo largo del tiempo son sintetizados a la luz de la identificación.

4.1.3.4. Llamamos "fetichismo de la verdad del sexo" a la tesis positivista según la cual el sexo/género puede remitirse a una instancia de optimalidad científica privilegiada indubitable, de la cual todos los otros indicios son meras manifestaciones. No existe tal instancia, y es irrelevante para la generización.

4.1.3.4.1. El fetichismo de la verdad del sexo reproduce la lógica patriarcal al buscar fundamentos indiscutibles para las categorías en lugar de cuestionar el sistema categorial mismo.

4.2. Los individuos se ven, se comportan, sienten, se expresan, se interesan, etc., de formas concretas.

4.2.1. El modo concreto en que los individuos hacen tal cosa, bebe, en buena medida, de formas de disciplinamiento, subjetivación, estilización y embellecimiento de origen social.

4.2.1.1. Las formas descritas antes se distribuyen entre los sujetos desde su infancia en base a la comprensión previa. El médico identifica, en base a indicios (por ejemplo, genitales) que X es el caso de una mujer. La profesora de la escuela infantil procede a educar a la niña en los "modos" de las niñas porque la identifica en base a los indicios disponibles (por ejemplo, su nombre en la lista de la escuela, su pelo largo, etc.).

4.2.1.2. Los individuos se comportan conforme a lo que se supone que son en virtud de su categoría atribuida.

4.2.1.2.1. A través de formas de coacción frontales o sutiles, los individuos son obligados a comportarse como lo que se supone que son allí donde su

conducta (incluyendo su aspecto) defrauda las expectativas de los percipientes.

4.2.1.2.1.1. La coacción es un mecanismo disciplinante. La distinción únicamente responde al nivel de amabilidad con el que el entorno disciplina al sujeto.

4.2.1.2.1.2. Allí donde la no pertenencia a la norma no puede atribuirse en ningún sentido razonable a la voluntad del sujeto, se recodifica como problema médico.

4.2.1.2.2. Los percipientes interpretan el comportamiento conforme a la norma como evidencia de la naturalidad de las categorías, sin reconocer que ese comportamiento es un producto de mecanismos disciplinantes y estilizantes. Toman el efecto por la causa.

4.2.2. Allí donde hay categorías patriarcales operantes, se promueve que los individuos autoidentifiquen su comportamiento a la luz de las mismas categorías. Se le llama "identidad" a tal cosa, en la medida de que se sugiere un núcleo estable, persistente e idéntico que, se presume, explica el comportamiento. Toman el efecto por la causa.

4.2.2.1. El binomio identidad de género/expresión de género es un efecto de la existencia de las categorías patriarcales.

4.2.2.2. La autoidentificación con la categoría atribuida es, en parte, efecto de la coacción: es más costoso resistir la categoría que identificarse con ella.

4.2.2.2.1. Nombrarse es categorizarse, allí donde con el nombre se mienta un núcleo estable que, se presume, se comparte con otros sujetos "iguales".

4.2.2.2.1.1. Cada vez que el sujeto declara que es X en tal sentido, refuerza los límites que la categoría le pone.

4.2.2.2.1.2. Toda aproximación descriptiva del sujeto respecto de sí mismo (en relación a una categoría patriarcal: "soy mujer", "soy heterosexual", "soy monógamo", "soy gay", etc.) es, en realidad, prescriptiva. Endurece los límites; congela lo fluyente.

4.2.2.2.1.3. Quedan actos de habla en primera persona que no cumplen la condición de 4.2.2.2.1: nombres tácticos, usos irónicos, rechazos ("no soy ninguno de esos"), descripciones sobre la relación con el sistema ("desertor", "disidente", "no encajo"), enunciaciones caducas, términos no generalizables que solo aplican al sujeto que las enuncia. Son usos que no reclaman validez transituacional y estable de un conjunto de contenidos.

4.2.2.2.1.4. Por tanto, el sujeto negador sí puede nombrarse sin categorizarse.

4.2.2.2.2. La eficacia del disciplinamiento y la coacción varía según el posicionamiento del individuo en el sistema: la resistencia es más costosa para quienes tienen menos recursos para sostenerla.

4.2.2.2.3. Allí donde el disciplinamiento y la coacción no logran su objetivo, surge la posibilidad de la negatividad respecto del sistema categorial.

4.2.2.3. En la medida de que las categorías patriarcales se interpretan como identidad, se espera que la pertenencia de los individuos a una categoría sea constante en el tiempo y su modificación algo excepcional.

4.3. Las categorías patriarcales son reificaciones de acciones o elementos corporales arbitrariamente reunidos para constituir identidades.

4.3.1. El paso de la sodomía a la homosexualidad ilustra este proceso de reificación.

4.3.2. Nadie *es* una categoría patriarcal: siempre es atribuida por otros.

4.3.2.1. La autoadscripción es una modalidad de la atribución, resultado de la capacidad del sujeto de concebirse en tercera persona.

4.3.3. Una vez se constituye una categoría patriarcal, se presume que es aplicable a todos los sujetos humanos actualmente existentes.

4.3.4. Los percipientes desarrollan la expectativa de que todo individuo percibido, sin importar el grado de nitidez, debe ser categorizado.

4.4. Todo tratamiento que no explicita las categorías como normas arbitrarias aplicadas coercitivamente, reconstituye la norma.

5. Solo una comprensión integral del patriarcado permite concebir su abolición.

5.1. La acción política consecuente con esa comprensión es necesariamente negativa respecto al sistema de categorías patriarcales.

5.1.1. Queer significa negatividad (en el ámbito patriarcal).

5.1.1.1. Desde una teoría general del patriarcado, no puede distinguirse si la negatividad proviene de una excedencia estructural del sistema (lo que se margina en cada intento de integración, la performatividad que se itera con cambios ligeros, etc.) o de una determinación ética antijerárquica más general. Desde el interior de la teoría, ambas son fenoménicamente indistinguibles

5.1.1.1.1. La distinción pertenece a un orden de preguntas que la teoría no puede formular desde sí misma.

5.1.1.1.2. Para el sistema patriarcal, la negatividad queer, provenga de una excedencia estructural o una determinación ética, es igualmente amenazante e igualmente absorbible.

5.1.1.1.3. Una concepción positiva, una normatividad emancipada, es el objeto de una ética anarquista y una teoría general de la revolución anarquista.

5.1.1.2. Un programa abolicionista no tiene porqué ofrecer una contraparte positiva de su negación.

5.1.2. El feminismo puede significar dos cosas, o bien, es un sinónimo de queer, en el sentido del punto 5.1.1., o bien, representa una lucha truncada, cuya existencia proviene de una captación incompleta del patriarcado como un todo.

5.1.3. Términos como los de *butch*, bisexual, trans, no-binario, asexual, contienen resabios de haber surgido como negaciones del sistema categorial al que hacen referencia, no como categoría positiva dentro del mismo.

5.1.3.1. Su reabsorción como categorías positivas es un ejemplo del proceso por el cual el sistema patriarcal hace absorbible la negatividad.

5.1.4. La negatividad puede tomar la forma de una desestabilización de la relación entre significantes y significados, haciendo la categoría inservible por saturación de contenidos contradictorios o por una inmanejable proliferación de subcategorías. Llamamos "aceleracionismo" a tal proceder.

5.1.4.1. Desde dentro del sistema es imposible determinar si la proliferación es un efecto del metabolismo propio del patriarcado o el proceso de saturación que hace las categorías inservibles. Durante el proceso, aquello que prolifera todavía es utilizable como categorías asignables y, por consiguiente, patriarcales.

5.2. Una política que busca redistribuir beneficios, privilegios, espacios, capitales entre las identidades patriarcales existentes, es política afirmativa del patriarcado.

5.2.1. La presunción de una validez transcultural y transtemporal de las categorías patriarcales, puede motivar una política afirmativa del patriarcado.

5.2.1.1. Llamamos "realismo patriarcal" al presupuesto ideológico impotente que presume la imposibilidad de abolir el patriarcado.

5.2.2. La taxonomización de bisexual, trans, no-binario y asexual como categorías positivas con subdivisiones internas reproduce la lógica categorial patriarcal, constituyendo una política afirmativa del mismo, independientemente de la intención de sus agentes.

5.2.3. Llamamos "integración" a la distribución específica de beneficios a la posición (efectiva o presuntamente) más desfavorecida de una categoría.

5.2.3.1. Llamamos "asimilación" específicamente a la integración que está condicionada transaccionalmente por un cambio de conducta en aspectos específicos a quienes ocupan esa posición desfavorecida.

5.2.3.1.1. La integración asimilacionista de las identidades disidentes es evidencia tanto de la autonomización del sistema (3.1.) como de que el sistema puede absorber la negatividad que le es amenazante (5.1.1.1.2).

5.2.3.1.2. No toda integración precisa de ser asimilacionista; creerlo es ignorar el carácter plástico del patriarcado y lo histórico de sus contenidos.

5.3. La expansión del sentido del patriarcado (lo que ha motivado agregarle prefijos (cis-, hetero-, etc.)) por adición de elementos denota una comprensión parcial del patriarcado como estructura general de dominación.

5.3.1. La proliferación terminológica (amatonorma, alonorma, monogamia obligatoria, masculinidad hegemónica, etc.) responde al mismo problema.

5.4. Hay una retroalimentación simbiótica entre estilización de la percepción que clasifica en base a indicios e instituciones sociales. La estructura circular del patriarcado genera que sea igualmente adecuado e inadecuado comenzar a destruirlo desde cualquier punto; la abolición del patriarcado debe destruir la cerrazón del círculo.

5.4.1. Es necesario modificar radicalmente las instituciones existentes o crear nuevas, de modo de que cesen la estilización de la percepción.

5.4.2. Es necesario modificar la estilización de la percepción de modo de que los individuos den origen a instituciones sociales nuevas o destruyan o modifiquen radicalmente las existentes.

5.4.3. La negatividad (con independencia de su origen) es la que impide que lo anterior no sea una aporía.

6. La idea de un sistema de dominación basada en categorías con fuerza normativa que configuran expectativas perceptuales frente al modo de darse del sujeto y mecanismos coercitivos de regulación de la conducta, remite a una estructura de dominación mucho más general de la cual el patriarcado es simplemente un caso empíricamente contingente.

6.1. El racismo, el capacitismo, el edadismo y el patriarcado son sistemas de dominación isomorfos.

6.1.1. La distinción entre estos sistemas es histórica y políticamente determinada, no estructuralmente derivable desde la teoría.

6.2. Si el patriarcado puede delimitarse como sistema específico de dominación categorial (y no como nombre para toda dominación categorial), entonces tiene una génesis histórica particular.

6.2.1. Es probable que esa génesis consista en la transformación o escisión de un sistema de dominación categorial previo, no en el surgimiento ex nihilo de la dominación como tal.

6.2.2. La dominación categorial como forma no tiene origen históricamente identificable: solo transformaciones de sus contenidos.

6.2.2.1. Llamamos "patriarcado" a un contenido contingente de un sistema de dominación categorial.

6.2.2.2. Abolir el patriarcado sin abolir la forma de dominación categorial no garantiza que el sistema no se reconfigure bajo otros contenidos.

7. Este tratado ha descrito la estructura del patriarcado como forma de dominación basada en categorías con fuerza normativa. Su abolición requiere de una teoría, una práctica y una teoría de la práctica que exceden lo aquí expuesto.